



CLIPPING INTERNET
01/11/2019 ATÉ 01/11/2019



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	1
	1.2 SITE AGORA SANTA INÊS.....	2
2	PRESIDÊNCIA	
	2.1 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	2.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	4

Presidente do TJMA recebe deputado Pará Figueiredo e diretores do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense

O deputado estadual Pará Figueiredo e os membros da diretoria do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense, formada por João Martins (presidente), Luís Figueiredo, Flávio Braga, Expedito Moraes, Ana Creusa Martins e Antonio Valente reuniram-se nesta sexta-feira com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo.

Entidade da sociedade civil organizada, o Fórum em Defesa da Baixada Maranhense está estabelecendo um canal de interlocução com as diversas esferas do Poder Público para discussão, reivindicação e superação das necessidades históricas da microrregião, com vistas a construção dos diques da baixada, anseio antigo dos habitantes da região.

"Estamos buscando junto aos órgãos públicos e privados o apoio para que tenhamos um encadeamento de instituições que torne uma realidade os diques da baixada", pontuou o presidente do Fórum, João Martins, que agradeceu a gentileza, sensibilidade do desembargador Joaquim Figueiredo, em relação ao projeto Diques da Baixada Maranhense.

O projeto prevê a construção de 72 quilômetros de diques de dois metros de altura cada um abrangendo os municípios de Viana, Matinha, São João Batista, São Vicente Ferrer, Cajapió, São Bento e Bacurituba.

A obra de infraestrutura está sob a responsabilidade da Codevasf, que fará uma regulação das águas, impedindo que a salinização nos campos da baixada, em prejuízo dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e famílias que se sustentam com as riquezas dos campos da baixada.

Prioridade

O Fórum em Defesa da Baixada Maranhense tem como prioridades a construção dos diques da Baixada, construção das vicinais de campo para represar água em fundos de enseadas, reconstrução da barragem da Maria Rita (beneficiando os municípios de São Bento, Palmeirândia, Peri Mirim e Bequimão) e construção da ponte sobre o rio Pericumã ligando Bequimão ao Litoral Ocidental do Estado.

Incluem-se também entre as prioridades a pavimentação da Estrada do Peixe (povoado Itans a Matinha), recuperação da barragem do Rio Pericumã em Pinheiro, pavimentação da estrada de Pedro do Rosário a Zé Doca, pavimentação da estrada de Bacurituba a Cajapió, construção da barragem do rio Maracu em Cajari, implantação do polo turístico da Região dos Lagos, implantação do campus da UEMA em São Bento, pavimentação da estrada de São João Batista ao Porto da Raposa, reconstrução da barragem do Félix entre Bequimão e Peri Mirim.

Estão elencadas ainda como prioridade a pavimentação da estrada do povoado Santeiro a Pedro do Rosário, remoção das cercas dos campos da Baixada, sobretudo as eletrificadas, regularização, por meio de licitação e

concessão, do serviço de ferry boat, recuperação definitiva da MA 014 (Vitória do Mearim a Pinheiro), instalação de antenas de telefonia móvel no Porto de Cujupe, construção da estrada São João Batista-Anajatuba, recuperação das pontes entre São Bento e Bacurituba, disciplinamento da criação de búfalos nos campos da Baixada e construção da estrada de São João Batista a Cajapió.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

O post Presidente do TJMA recebe deputado Pará Figueiredo e diretores do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense apareceu primeiro em Daniel Matos.

A pedido do MPMA, Justiça suspende vestibular do CFO da Uema

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu, em 17 de outubro, o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame.

A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia. De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos. “A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou.

O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalecendo a decisão, o Edital nº 42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com deficiência. No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser aplicada.

“A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Desembargadores Joaquim Figueiredo e Lourival Serejo visitam o governador em exercício Carlos Brandão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo - acompanhado do vice-presidente, desembargador Lourival Serejo - fez visita ao governador em exercício do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (30).

Presentes na reunião, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Nina e o secretário de Comunicação e Articulação Política, Rodrigo Lago.

Entre os temas discutidos na reunião destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem em questões como Segurança Pública, política de Conciliação e em áreas do contexto econômico do Estado que impactam diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo disse que a visita institucional do Judiciário é uma demonstração da harmonia entre os Poderes no Estado do Maranhão.

O governador em exercício, Carlos Brandão, falou da importância equilibrada da relação institucional entre os Poderes. "Tem sido uma constante o equilíbrio e a boa relação entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo no Maranhão", frisou Carlos Brandão, que assumiu o comando do Governo com a viagem do governador Flávio Dino ao Vaticano, onde ele participa da reunião da 1ª Cúpula dos Governadores dos estados Pan Amazônia.

VESTIBULAR DO CFO DA UEMA É SUSPENSO PELA JUSTIÇA

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu, em 17 de outubro, o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame.

A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia. De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos. “A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou.

O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalendo a decisão, o Edital nº 42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com deficiência. No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser aplicada.

“A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Por Neto Ferreira